

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
1. LISBOA NAS VÉSPERAS DO ESTADO NOVO.....	15
2. SOB A ÉGIDE DE DUARTE PACHECO	23
Instituto Superior Técnico	31
Hospital de Santa Maria	34
Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos (e outras)	39
Cidade Universitária.....	48
Instituto Nacional de Estatística	53
Estradas: Viaduto Duarte Pacheco, Marginal Lisboa-Cascais .	56
Bairros e avenidas: Bairro de Alvalade, Av. João XXI, Av. Infante Santo, Praça do Areeiro e Bairro Económico da Ajuda	63
Parques: Monsanto, Fonte Luminosa e Eduardo VII	78
Aeroporto.....	85
Metropolitano	93
Estádio Nacional e Estádio da FNAT	100
A Casa da Moeda.....	115
Os restauros: a Sé e o Castelo.....	119

3. SOB A ÉGIDE DE ANTÓNIO FERRO	131
Política do Espírito: condicionantes de uma visão para Lisboa	139
As Marchas Populares	147
A companhia Bailados Portugueses Verde Gaio.....	151
Exposições	156
A arte popular	186
Cinema: uma visão de Lisboa.....	190
4. À LAIA DE CONCLUSÃO: APÓS DUARTE PACHECO E ANTÓNIO FERRO	209
BIBLIOGRAFIA	215

Mais depressa, Joaquim, mais depressa.

(Últimas palavras de Duarte Pacheco,
15 de novembro de 1943)

*Sou o puzzle de mim mesmo. Vivo com a impressão de
que vou perdendo, hora a hora, pedaços desse puzzle.
Um dia, já nem sei como era o desenho.*

(António Ferro, *Diário*, 1953)

*Desejo ardentemente que o nosso pedaço de terra guarde
este bem precioso: a doçura de uma existência tranquila.*

(Salazar, entrevista a Christine Garnier,
Vacances avec Salazar, 1951)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste livro é dar a conhecer a cidade de Lisboa no período do Estado Novo. Mais especificamente, pretendemos observar as grandes obras públicas que foram realizadas durante o período da nossa História que ficou conhecido por Estado Novo.

Todavia, não quisemos ficar apenas pelas grandes obras materiais, já que considerámos também essencial analisar a visão que subjazia a esse vasto conjunto de obras. Uma visão política que se enquadrava, claro, na própria ideologia do regime; por outras palavras, e como o caro leitor verá, a chamada Política do Espírito.

Convém ainda enfatizar que, embora se designe por Estado Novo o regime ditatorial que vigorou entre nós desde a ascensão governativa do professor Oliveira Salazar (principalmente a partir de 1933) até à implantação da Democracia em 25 de abril de 1974, as baías temporais que circunscrevem este livro são, sobretudo, as décadas de 1930 e 1940. Na verdade, e como se verá ao longo destas páginas, são essas duas décadas que marcam a fase de maior fulgor, crescimento e afirmação do regime.

Se, por um lado, a década de 1930 é marcada pelo período de maior radicalização do Estado Novo, uma fase claramente mais fascizante, mais “revolucionária”, mais acercada da vaga nazi-fascista que ia varrendo a Europa, já a década de 1940, por outro lado, marca progressivamente um diplomático afastamento dessa corrente – derrotada na guerra em 1945 – em prol da sobrevivência do regime. Claro que o essencial do regime se manteve após o fim da guerra; claro que os aparelhos repressivos se mantiveram (PVDE/PIDE,

Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Censura); decerto que a ideologia permaneceu (corporativismo, colonialismo, ultranacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo político, antidemocracia). Mas a linguagem e a coreografia mais “revolucionária” da década anterior, a tal que viu uma maior identificação com o nazi-fascismo, tornar-se-ia menos evidente a partir de 1943 e ao longo dessa década. Salazar compreendeu que, para sobreviver, o regime tinha de afivelar uma outra máscara que fosse aceitável internacionalmente após a derrota do Eixo. Era a fase do “viver habitualmente” ou “tranquilamente” (ou “discretamente”), usando uma expressão tão cara ao presidente do Conselho.

De qualquer modo, a figura central e nuclear em volta de quem tudo gravitava – material, intelectual e politicamente – foi sempre o professor Salazar. Os ritmos, as coerências, as continuidades e descontinuidades serão sempre marcadas pela sua figura omnipresente e incontestada dentro do regime.

Serão essas duas décadas – a mais “radical” e mais fascizante (anos 30) e a mais “institucional” (anos 40) – que constituirão o principal foco temporal deste livro. Todavia, a coisa seria incompleta se não fossemos um bocado mais além. Por isso, também estendemos a nossa análise a algumas obras que foram realizadas depois da década de 1940, sobretudo as que mais marcaram a cidade (como o caso do metropolitano).

Para procedermos à observação e análise da Lisboa do Estado Novo, tomámos como eixos centrais duas personalidades que, melhor que outrem, encarnam essa fase: Duarte Pacheco e António Ferro. O primeiro foi o motor das grandes obras públicas; o segundo foi o arquiteto da Política do Espírito. Um fez as obras materiais; o outro produziu as realizações político-intelectuais. Ambos alteraram o rosto de Lisboa durante as suas vigências: Duarte Pacheco, na década de 1930 (faleceu em 1943); António Ferro, nas décadas de 1930 e 1940. Depois deles, depois de toda a movimentação e “irrequietude” que eles encarnaram, a capital retomou a “tranquilidade” sonhada pela ditadura.

Na primeira parte – “Sob a égide de Duarte Pacheco” – veremos as grandes obras públicas dinamizadas por este ministro/autarca;

na segunda parte, “Sob a égide de António Ferro”, observaremos a referida Política do Espírito por ele orientada, bem como a sua visão subjacente para a cidade.

Umas linhas prévias farão o devido contexto a esses períodos, ao mesmo tempo que uma “espécie de conclusão” tentará compreender o que ficou das dinâmicas promovidas por estes homens, após a derrota nazi-fascista na Segunda Guerra e a ductilidade do regime nessa altura.

Queremos ainda esclarecer que (como temos feito para os demais volumes desta coleção) este é um livro para o grande público. Como tal, está desprovido de algumas características que, habitualmente, enformam os livros tipicamente académicos. A linguagem é mais informal e coloquial, não tem notas de rodapé, de final de capítulo ou de fim do livro, e não apresenta uma extensa bibliografia, embora a que fornecemos nos pareça o bastante para o leitor alargar o seu conhecimento sobre este tema. Todavia, em nenhum momento aliviámos o rigor informativo/histórico, estando todas as descrições e conclusões sedimentadas na bibliografia e em investigação própria.

Este livro está incluído na coleção sobre Lisboa que, desde 2018, temos vindo a publicar na editora Parsifal. Por isso, não podemos deixar de agradecer e saudar a editora e os seus responsáveis – nomeadamente, o editor Marcelo Teixeira – pela confiança, estima, cortesia e disponibilidade que sempre manifestaram para comigo.

Um último agradecimento é devido à minha família e aos meus amigos. Por tudo, claro.

1. LISBOA NAS VÉSPERAS DO ESTADO NOVO

Na medida em que são vários os eventos políticos que iremos referir ao longo deste livro, cremos útil apresentar uma brevíssima (e superficial) resenha histórica da cidade nas vésperas do período que nos concerne.

No início da década de 1920, a Primeira República atravessava a sua derradeira fase. Debilitado pela recorrente instabilidade política e social, pelas graves consequências da Primeira Guerra e pela cada vez maior oposição conspirativa dos setores conservadores – patronais e eclesiais –, o regime instalado em 5 de outubro de 1910 chegaria ao fim em 28 de maio de 1926, quando um golpe militar o derrubou.

Esta revolta assentava numa mistura de vários interesses e animosidades nem sempre coerentes: interesses em derrubar aquele *statu quo* republicano e animosidades contra o Partido Democrático, o principal agrupamento político da Primeira República.

Os revoltosos de 1926 eram um grupo heterogéneo, que ia da extrema-direita, embeijada com os ventos fascistas que corriam a Europa (de que é exemplo o Integralismo Lusitano, pelo menos em parte), a setores ultraconservadores nacionalistas que queriam um Estado forte e autoritário (a Cruzada Nuno Álvares, por exemplo), por republicanos históricos que não queriam derrubar a República, mas que desejavam uma “outra República” (Mendes Cabeçadas ou Cunha Leal, por exemplo), por setores patronais que queriam controlar a economia e esmagar o movimento sindical (a União dos Interesses Económicos, por exemplo), por setores eclesiásticos

conservadores que nunca perdoaram à República a sua pulsão anticlerical (como o Centro Académico da Democracia Cristã, por exemplo).

Após um período de indefinição, vingou o setor conservador, patronal, clerical e nacionalista, de onde, mais tarde, emergirá a figura de Oliveira Salazar. Os setores que se inspiravam no fascismo acabariam afastados pelo regime anos mais tarde, quando os nacionais-sindicalistas (os famosos Camisas Azuis), liderados por Rolão Preto, foram ilegalizados por Salazar em 1934, o já dividido Integralismo Lusitano se dissolveu, em 1932, ao passo que os republicanos históricos acabariam na oposição ao Estado Novo.

Numa primeira fase, o novo regime imposto em 1926 institui-se como uma ditadura militar, com os militares a ocuparem a maioria dos cargos governativos. Ao mesmo tempo, a oposição à ditadura cedo se fez sentir, com destaque para a revolta de 3 de fevereiro de 1937, no Porto e em Lisboa.

A Ditadura Militar, assim autodesignada, não conseguiu resolver o grave problema financeiro e económico que o país atravessava. De facto, aos problemas herdados da Primeira República, associava-se a incompetência do novo Governo. Em 1927, e um pouco em desespero, será feito um pedido de empréstimo externo, embora tal não fosse consensual. Enquanto o influente ministro das Finanças de então – general Sinel de Cordes (1867-1930) – o defendia com unhas e dentes, outros opunham-se-lhe, por o julgar desnecessário. Foi o caso de um cada vez mais notório professor de Finanças da Universidade de Coimbra chamado Oliveira Salazar. Diga-se que a sua estrela começara a brilhar há já uns meses, em artigos no periódico *Novidades*, nos quais criticava a política financeira de Cordes. De facto, o académico conimbricense defendia que uma rigorosa e férrea gestão dos dinheiros públicos bastaria para resolver a questão financeira.

Seja como for, as condições exigidas pelos potenciais credores eram de tal modo duras que o empréstimo borregou. Mas estes eventos levaram a um desfecho importante: a demissão de Sinel de Cordes e o convite a Salazar para a pasta das Finanças, cargo



O encerramento do Parlamento, em 1926: a ditadura começava.

que assumirá em março de 1928, com a condição de controlar os orçamentos de todos os ministérios.

Essa política espartana permitiu-lhe, de facto, controlar as contas públicas. Com isso, o novo ministro consolidaria uma posição hegemónica no Governo, que o levaria a tornar-se primeiro-ministro em julho de 1932.

Em 1933, lançaria as bases do que a partir daí se passou a designar de “Estado Novo”, com a aprovação dos seus documentos basilares, nomeadamente a Constituição de 1933 – que integraria o Ato Colonial, definidor da política relativa às colónias – e o Estatuto do Trabalho Português – que definia o cariz corporativista do regime. Ao mesmo tempo, sedimentava-se e fortalecia-se a política repressiva do regime, com a criação de uma nova polícia política – a PVDE (1933) –, a abertura do campo de concentração do Tarrafal (1936), a fundação da Legião Portuguesa (1936) e a manutenção de uma apertada censura. O Estado Novo estava instituído.

A década de 1930 tornar-se-á determinante para o novo regime. Será nessa altura que o Estado Novo atravessará a sua fase mais



Salazar assume o cargo de primeiro-ministro (5/7/1932).

fascizante, alinhado com os ventos que percorriam a Europa. Em Itália, Mussolini fortalecia o Estado totalitário, entrando agora numa fase expansionista e imperialista; na Alemanha, Hitler subia ao poder, tornando o país um campo de concentração militarizado; em Espanha, o conservador Primo de Rivera governara em ditadura até 1930, deixando as raízes de um regime que Franco recuperaria em 1936.

Por cá, o Estado Novo assumia a sua feição ditatorial e repressiva, antidemocrática e antiliberal. Essa pulsão fascizante acentuar-se-á a partir do momento em que a Guerra Civil espanhola se desencadeia, em 1936. Nesse ano, vastos setores reacionários da sociedade espanhola desencadearão um golpe militar contra a recém-eleita República. Por trás do chefe revoltoso – Francisco Franco – está a maioria da oficialidade do exército, a Igreja, os setores agrários e patronais, os movimentos políticos fascistas (a Falange) e ultratradicionalistas (os Carlistas). Em contrapartida, os setores de esquerda uniram-se para defender a República: sindicatos, anarquistas, socialistas, comunistas, democratas republicanos de várias matizes e autonomistas.

A Guerra de Espanha internacionalizou-se. Ao lado dos franquistas estiveram, desde a primeira hora, Mussolini e Hitler, que forneceram armas, equipamento militar, aviões e soldados; do lado republicano, a URSS e o México enviaram auxílio em equipamento, armas e conselheiros militares. Nos dois lados, participaram ainda voluntários estrangeiros, com destaque para as Brigadas Internacionais, ao lado da República.

Salazar apoiou igualmente Franco. Portugal foi uma salvaguarda e uma base logística para os sediciosos, o que se viria a revelar importante para a vitória franquista, em 1939. A Guerra Civil de Espanha correspondeu ao tal período mais fascizante do Estado Novo. Os instrumentos repressivos ou as instituições de enquadramento político do regime não escondiam as suas simpatias pelo eixo Berlim-Roma, bem como pelo franquismo. Foi o caso das citadas Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa (1936) e até a própria FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, de 1935), que, à imagem das organizações congêneres alemã e italiana, visava enquadrar os tempos livres dos trabalhadores. A própria polícia política do regime (PVDE) tinha ligações institucionais com a Gestapo. É de salientar que a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa surgiram, precisamente, na sequência da eclosão da Guerra Civil de Espanha, como mecanismo de defesa contra a suposta “ameaça vermelha”.

Essa deriva fascizante correspondeu a um forte *pathos* “revolucionário”. Entendamo-nos: na sua fase triunfante, precisamente na década de 1930, o fascismo e o nazismo reivindicam um espírito, uma estética e um discurso “revolucionário” que visava a construção de um Estado totalitário erigido em torno de um Chefe ideologicamente e racialmente coeso, sobretudo na Alemanha nazi. Tudo isso envolto numa linguagem “nova”, “moderna” e numa estética de ação, de “juventude”, de culto da nação e do seu chefe.

Entre nós, essa moda “modernista” não passou ao lado, embora os discursos racistas e antisemitas não tenham vingado, apesar da tutela paternalista do Estado Novo em relação às populações indígenas das colónias. A moral cristã, que o Estado Novo cultivava, não se compaginava com esse racismo transpirenaico.

Em termos estéticos e artísticos, a moda fascista da década de 1930 teve reflexos por cá. O Modernismo alardeado lá fora estava na berra, sobretudo em Itália, onde o movimento de vanguarda conhecido como o Futurismo lançara sementes. Os futuristas italianos, como se sabe, gostavam de alardear uma linguagem “revolucionária”, iconoclasta e provocadora...

Por isso, e apesar de haver sempre uma luta larvar entre os “modernistas” e os “reacionários” dentro do regime, a obra que o Estado Novo lançou em Lisboa (e no resto do país) nesse período teve essa componente estética “modernista”. Uma componente modernista sobretudo ao nível formal – na arquitetura, como nas artes visuais e performativas –, enquadrando um discurso reacionário ou ultraconservador.

Esta aparente contradição entre um modernismo estético formal e um conteúdo ultraconservador marcará a produção material de Duarte Pacheco e a produção político-cultural de António Ferro. Se o ministro/edil não teve de fazer grandes esforços para impor a sua obra (apesar das críticas dos arquitetos mais conservadores que lhe desdenhavam o “cosmopolitismo”, como se verá), já Ferro teve de impor uma Política do Espírito que, por vezes, fazia prodígios de maleabilidade. É disso exemplo a Exposição do Mundo Português, de 1940, que, ao mesmo tempo que exibía uma arquitetura onde eram claros os princípios modernistas, enquadrava uma ideologia imperial, colonial e ultranacionalista, que era a ideologia do Estado Novo. E resultou...

Mas a obra destes dois homens, que eram basilares para o presidente do Conselho de Ministros e para a sua política, enfrentava ainda uma outra curiosa contradição. Duarte Pacheco e António Ferro eram homens e estadistas de ação, de movimento, de “irrequietude construtiva”. Não paravam, faziam e seguiam em frente como se o imobilismo e a pasmaceira pátria os ofendessem. Não se resignavam ao atraso atávico e desejavam ultrapassá-lo, mesmo se condicionados pelas baías de um regime ditatorial.

Mas a verdade é que Salazar, no fundo, não se revia nessa “inquietação” e nesse ativismo, nesse contínuo movimento edificador, nesse movimento que, aqui e ali, provocava anticorpos, do mesmo modo

que, segundo as suas próprias palavras, a “atraso” e a “pobreza” de Portugal eram virtudes, como ele mesmo referia em várias declarações públicas. Porém, o primeiro-ministro, com a sua reconhecida sagacidade, percebeu que esse era o sinal dos tempos; que tinha de apresentar obra e de tolerar essa inquietude com a mesma tolerância táctica com que aceitava a miliciania Legião Portuguesa e a sua manifesta germanofilia. Logo ele, que não gostava de multidões e de manifestações de massas; logo ele, que apreciava sobretudo a tranquilidade nas ruas e nos espíritos. Uma boa metáfora: eram as mesmas ruas que Duarte Pacheco remodelou e eram os mesmos espíritos que Ferro quis moldar. Sim, era o sinal dos tempos, era a década das grandes realizações, da grande propaganda, das grandes manifestações de encher o olho. E se havia muito a encher, num país e numa cidade tão necessitadas...

Foi, enfim, nesta década de 1930 (e inícios da década de 1940) que Duarte Pacheco e António Ferro faziam obra, sob a benevolência e enquadramento de Salazar.